

Posição firme contra credores

CESAR FONSECA
Enviado especial

Montevideu — A declaração final do Grupo de Cartagena, reunido segunda, terça-feira e ontem, em nesta capital, para se o posicionar frente aos países credores e ao Plano Baker, que julgaram insuficiente para melhorar a **performance** econômica regional, mostrou a face real da América Latina. Os países estão exaustos diante do processo de transferência compulsória a de riquezas rumo aos países desenvolvidos e resolveram, por isso, dar um basta. Fizem exigências de emergências fortes e audaciosas aos países e deixaram implícito que, se não forem atendidos, não conseguirão pagar o que os banqueiros fazem absoluta questão de receber: os juros da dívida externa. Portanto, para o calote falta, agora, muito pouco.

Os latino-americanos aprenderam enfim que, individualmente, não conseguirão jamais manter um intercâmbio financeiro e comercial satisfatório com os países ricos e encaminhar o desenvolvimento normal de suas economias. Somente com a união, conforme ressaltou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, terão êxito nessa empreitada. A criação do comitê de acompanhamento, proposta brasileira, que fiscalizará o cumprimento das medidas de emergências sugeridas pelo Grupo de Cartagena, correspondeu, na prática, a uma resposta objetiva e concreta ao comitê de assessoramento dos bancos credores da dívida externa. Na verdade, foi criado o clube dos devedores para se contrapor ao cartel dos credores, apesar de ter ficado implícito que as negociações de cada país serão realizadas individualmente. O comitê de acompanhamento, entretanto, conduzirá as pressões para cumprimento das exigências capazes de permitir aos endividados saldarem seus compromissos sem abrir mão do crescimento econômico.

De agora em diante, admitiu Funaro, os latino-americanos terão eficiente mecanismo de pressão em mãos, conjugado com os interesses comuns de todos os países da região, de tal forma que os credores terão que pensar duas vezes antes de adotar medidas retaliatórias, principalmente relacionadas ao aumento dos custos de intermediação bancária, o instrumento eficiente para aumentar as transferências líquidas de recursos. "Chega de desrespeito", desabafou o Ministro. Assim, calu por terra o argumento utilizado durante anos pelos governos militares submetidos à terapia do FMI, segundo o qual a saída para ajustar a economia está no esforço concentrado das exportações.

Essa providência unilateral somente fez desorganizar internamente as economias regionais, admitiu o ministro da Economia da Argentina, Juan Sourrouille, apolado por Funaro. Não se trata de desestimular as exportações, mas apenas de conjugá-las com a necessidade de promover paralelamente o cresci-

mento interno e não mais conceder irracionalmente subsídios às exportações para expandi-las a qualquer custo. Tal providência tem sido um dos principais obstáculos ao combate à inflação.

Samney, a partir de agora, ressaltou Funaro, vai dar prioridade ao crescimento interno. Exportará somente o excedente de alimentos. O país está submetido a uma forte especulação de preços agrícolas e não pode pensar em adotar política para estimular suas exportações, enquanto não houver reversão do quadro interno.

A nova estratégia de crescimento está no compasso das medidas adotadas em Cartagena. Haverá redução das exportações, conseqüentemente, será menor o volume de recursos existentes para o pagamento dos juros da dívida externa. As previsões dos ministros de Economia dos 11 países latino-americanos integrantes do Grupo de Cartagena são de que o comércio internacional e as economias dos países devedores terão um crescimento insuficiente e débil para proporcionar recuperação positiva e rápida no próximo ano, e esforços maiores dos países devedores para forçar vendas externas via política cambial agressiva somente criará pressões inflacionárias, contribuindo para desorganizar ainda mais a economia regional. A deterioração das trocas comerciais representaram um prejuízo de 30 bilhões de dólares este ano e nos últimos quatro anos, 100 bilhões de dólares.

A criação do Comitê de Acompanhamento do Plano de Emergência latino-americano está intimamente relacionado à posição de rechaçar o esforço concentrado sobre as exportações para forçar os credores a aumentar os empréstimos. Exportando menos os devedores terão menos recursos para pagar os juros e, conseqüentemente, os bancos terão que emprestar mais se desejarem receber os juros dos empréstimos.

O objetivo latino-americano é reduzir as taxas aos patamares históricos vigentes até o início da década. Após a crise do petróleo, que fez explodir o balanço de pagamento dos países pobres, os bancos, preocupados com o risco de perder, em vez de aliviar a vida dos devedores, aumentaram os juros para manter a taxa de lucro, e as taxas chegaram a atingir o patamar absurdo de 21 por cento. Historicamente, o retorno total dos empréstimos sempre se deu ao longo de 15 a 20 anos. Mas, com a subida brutal das taxas, após o choque do petróleo, o retorno dos empréstimos ganhou velocidade espantosa, atingindo até três anos. A dívida, por isso, destacou o ministro da Economia do Peru, Luis Alva Castro, já está praticamente paga, fato constantemente ressaltado pelo primeiro-ministro Fidel Castro, de Cuba.

O consenso de Cartagena concluiu também que além da redução imediata das taxas de juros como condição essencial para permitir o pagamento da dívida será indispensável manter justo intercâmbio de comércio e preços adequados dos pro-

duto exportados. Caso contrário, continuarão insatisfatórias as condições capazes de proporcionar o pagamento dos compromissos financeiros.

VITÓRIA PERUANA

Nesse ponto, ganhou o Peru. A proposta do presidente peruano Alan García, de limitar o pagamento dos juros a um percentual das exportações, saiu vitoriosa na reunião de Cartagena e estimulou os latino-americanos a avançar em novas propostas ousadas como a se separar a dívida atual da dívida futura, acompanhada de maior fluxo de empréstimos. Maior volume de recursos se destinará à cobertura de eventuais dificuldades enfrentadas pelo balanço de pagamento produzidas pela alta taxa de juros, o nível da dívida e queda dos preços no mercado internacional, enquanto que na separação das dívidas o objetivo é estabelecer a conveniência de tratá-las de forma preferencial, tanto no que se refere à prioridade do seu pagamento como aos prazos de amortização e sua vinculação com os organismos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tal tratamento geraria condições mais favoráveis para os novos fluxos de créditos. Além disso a redução do risco resultante do retorno a uma situação de normalidade do sistema, justificaria que as margens de intermediação bancária baixassem substancialmente.

Após a crise financeira internacional de 82, que culminou com a falência do México e levou os bancos a recusarem na tarefa que desempenharam ao longo da década de 70, de financiar os déficits dos balanços de pagamento dos países devedores com empréstimos, os países latino-americanos tiveram que conviver com um nível de empréstimo sempre abaixo do nível da inflação mundial. Cartagena exigiu a manutenção de saldos reais de crédito dos bancos para reverter tal situação de forma a mantê-los, no mínimo, ao nível da inflação internacional.

Paralelamente, os latino-americanos reivindicaram um aumento de 20 por cento dos empréstimos dos organismos multilaterais de créditos nos próximos três anos, rolagem automática dos débitos dos países devedores junto ao Clube de Paris e capitalização dos juros da dívida vencida sem que isso implique redução do fluxo de empréstimos. Como disse o ministro do Planejamento argentino, Jean Sourrouille, de algum lugar terá que vir mais créditos para a América Latina. Mais: condenaram o FMI como funciona atualmente, e exigiram sua reestruturação no sentido de bloquear a recuperação econômica dos países submetidos à sua terapia ortodoxa e pediram, ainda, o fim das condicionalidades que consideram cerceadoras do crescimento econômico. Entendem que somente pelo crescimento será possível promover o ajuste. Não houve consenso, entretanto, para reivindicar a redução de 3 por cento nas taxas de juros no próximo ano.